

# Política

CONSTITUINTE

Convencido de que, como está, a nova Constituição deixará o País ingovernável, o presidente Sarney decidiu ontem mobilizar todas as forças do governo para conseguir várias mudanças no segundo turno.

# 2º turno: o governo joga tudo.

## DESTAQUE POLÍTICO

### Unidade difícil

A tentativa do deputado Ulysses Guimarães de levar o PMDB unido para a convenção nacional do partido, em 21 de agosto, sofreu um tropeço ontem: a reunião que ele teria no Rio com governadores foi adiada. Parece que ainda não há unidade suficiente.

### Arranja outro

O tucano do PSDB fez o diretor do Festival Internacional de Cinema do Rio (FestRio), Ney Sroulevich, virar uma "arara". Ele está disposto a convencer os dirigentes do partido a escolher outro símbolo, já que o festival usa o tucano como símbolo e teme que o público "una um evento cultural de renome internacional a um partido político".

### Convite apressado

Em uma viagem a Cuba, no início deste ano, o governador Orestes Quércia convidou Fidel Castro para vir a São Paulo e inaugurar o Memorial da América Latina, projetado por Oscar Niemeyer. Mas se esqueceu de que convites a chefes de Estado ou de governo só podem ser feitos pelo presidente da República. Ontem, o Itamaraty e a Embaixada de Cuba desmentiram algumas notícias que confirmavam a vinda de Castro em outubro, a convite de Quércia.

### Memória curta

Outra do governador: ele disse que não teme uma eventual candidatura do ex-ministro Dilson Funaro à prefeitura, pelo PSDB, já que o novo partido tirou do PMDB "apenas a cúpula, que não tem votos".

Mário Covas e Fernando Henrique, juntos, tiveram quase 15 milhões de votos nas últimas eleições.

### É a fase

Depois de brigar com a direção regional do PT no Ceará e ser expulsa do partido, a prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenele, agora no PSB, não tem dado sorte. Ela está fazendo marcação cerrada no governador Tasso Jereissati, mas não consegue uma audiência com ele. Tasso reduziu as verbas de um convênio assinado entre a prefeitura e a Secretaria de Saúde para a manutenção do principal hospital de emergência do Estado. Alegou que Maria Luíza estava usando essa verba para outras finalidades.

### Vamos às urnas

Eleições municipais à vista, já começou a debandada em alguns escalões do governo federal: ontem foi a vez do presidente da Fundação Projeto Rondon, Silvio Tavares de Amorim, que vai candidatar-se a vereador em Recife.

### Candidato

A prefeitura de São Paulo está sendo cobçada por mais um artista: o cantor Moacyr Franco, que será lançado candidato no próximo dia 27 na convenção do PSD — Partido Social Democrático. Seu vice será o presidente nacional do partido, Luís Páez Filho.

Para disputar a Câmara Municipal o PSD irá apresentar também três nomes conhecidos no meio artístico e um na boemia paulistana: a cantora Edith Veiga; o produtor de documentários de cinema, Primo Carbonari; o radialista e ex-jurado de TV, Clécio Ribeiro; e o campeão dos bilhares, Rui Chapéu.

### Tucano em SP

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) vai ser lançado oficialmente em São Paulo no próximo dia 30, numa cerimônia no Centro de Convenções Rebouças, com a presença de todas as lideranças do novo partido.



Lourenço: "Será o caos".



Sarney: força total.

## Enganos que mudaram o texto

O projeto de Constituição que irá à votação em segundo turno ampliou ainda mais o direito dos trabalhadores domésticos, concedendo-lhes também as licenças de gestação e de paternidade — um direito não aprovado em plenário. Em troca, suprimiu a "remuneração" determinada para esse tipo de licença. E em outro dispositivo, ao trocar a expressão "de prefeitura de capital" por "de prefeitura de capital" estabeleceu uma "confusão": não se sabe, agora, se deputado ou senador poderá ser secretário municipal ou prefeito sem perder o mandato.

Essas foram algumas das alterações que um dos constituintes, Giovanni Masini (PMDB-PR), encontrou ao confrontar o texto preparado pelo relator Bernardo Cabral com o que foi aprovado no primeiro turno de votação. Ele disse que o trabalho está tecnicamente muito bem feito. O relator deu-lhe "forma lógica, clara e elegante, limpando-o de várias contradições".

— O próprio Bernardo Cabral

também já descobriu algumas falhas e pediu a sua correção. No parágrafo 5º do art. 8º das Disposições Constitucionais Transitórias, a palavra "trabalhadores" acabou trocada por "empregadores", foi omitido um dispositivo assegurando o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos legalmente na administração pública direta ou indireta. Foi omitido outro, referente aos limites do Acre, do Amazonas e de Rondônia. Também não constou do projeto um inciso referente à atribuição do ministério público de "requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial". Mas o erro maior foi em relação aos delegados de polícia. Em vez de se assegurar a eles — conforme acordo de lideranças — isonomia de vencimentos em relação a magistrados, membros do ministério público, procuradores do Estado e defensores públicos, a remissão errada (inclusive na matéria votada) proibiu a vinculação de vencimentos.

O governo vai agir sobre a Constituinte para aprovar o que considera fundamental no segundo turno, com a mesma intensidade de mobilização que fez para aprovar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. A decisão foi tomada ontem pela manhã, no Palácio da Alvorada, em reunião do presidente e do ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com os líderes José Lourenço, do PFL, Saldanha Derzi, do PMDB, e Carlos Sant'Anna, líder do governo na Constituinte.

O quadro de possibilidades de acordo em torno de questões cruciais para o governo, apresentado pelos líderes, deixou Sarney preocupado com as condições de governabilidade do País após a promulgação da nova Carta. "Se nada for modificado, o País se tornará ingovernável, será o caos", prognosticou Lourenço. O líder Sant'Anna preferiu quantificar os prejuízos financeiros que desabarão sobre os cofres do Tesouro. Segundo ele, a Constituição, como está, aumentará os gastos da União em dois trilhões de cruzados, "equivalente a um bom ano de saldo na balança comercial".

Sant'Anna e Lourenço mostraram a Sarney os pontos onde o acordo de lideranças se tornou

praticamente impossível, conclusão a que chegaram depois das primeiras conversas que tiveram com o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim. A lista dos temas "difíceis" — conforme a classificação do governo — é aberta pela jornada de trabalho ininterrupta de seis horas. Jobim aceita suprimir do texto apenas a palavra "máxima" da expressão "jornada máxima de seis horas", mas o governo quer derrubar todo o artigo. "Se é assim, consigam 280 votos", aconselhou o líder do PMDB, que também não aceita sequer discutir a supressão do artigo que nacionalizou a atividade mineradora.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, acha, entretanto, que o governo poderá ter sucesso na mobilização de suas forças na Constituinte. Sant'Anna observou, na reunião do Alvorada, que as votações serão concentradas em pelo menos três momentos importantes para os objetivos do governo, o que facilitaria a imobilização dos constituintes através do trabalho dos ministros: na apreciação dos títulos II e VI, que tratam respectivamente dos direitos individuais, coletivos e trabalhistas e da ordem econômica, e no capítulo das Disposições Transi-

tórias, onde estão concentrados os artigos que mais dor de cabeça causam ao Palácio do Planalto. No título IV, que trata da defesa do Estado, o governo quer tirar integralmente dois artigos: a moção de censura do Congresso a ministros de Estado, prerrogativa do regime parlamentarista, que perde o sentido no presidencialismo, e a supressão do Conselho da República, outro organismo típico do parlamentarismo.

### Suprimir para governar

O presidente Sarney considera essencial para a governabilidade do País a aprovação de 42 emendas supressivas passadas pelo Palácio do Planalto às lideranças políticas de sua confiança na Constituinte. Ao destacar, ontem, o empenho do governo na aprovação dessas emendas, o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, garantiu que o Palácio do Planalto já tinha notícias promissoras sobre a aprovação de "uma meia dúzia dessas emendas". Mas citou apenas o tabelamento de juros bancários em 12% ao ano, assim como a anistia creditícia para micro e pequenos produtores rurais e empresários como temas que já contam com entendimentos de lideranças.

## Cabral e Ulysses, limpando as impurezas.

A avaliação técnica das 1.844 emendas apresentadas ao projeto da nova Constituição foi concluída ontem pelo presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, e pelo relator Bernardo Cabral, que já eliminaram mais de 70 que contrariam o regimento. Agora, Cabral vai começar a redigir seu parecer, mas adiantou que rejeitará todas as propostas que sugerem a retirada das conquistas trabalhistas, que foram resultado de acordos de lideranças no primeiro turno.

Cabral aprovou a emenda do deputado Paulo Macarini (PMDB-RS), que altera o artigo que fixou a taxa de juros em 12%, remetendo tal índice para as Disposições Transitórias. Com isso, o relator estaria abrindo um precedente considerado perigoso nesta fase da Constituinte, uma vez que o regimento impede que sejam aceitas emendas que modifiquem o teor dos artigos já aprovados. "A

emenda é regimental", contestou Cabral, e não deu maiores explicações.

No texto permanente da nova Carta foi aprovado que "as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano, sendo que a cobrança acima deste limite é considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei". Macarini quer que seja suprimido do artigo a referência ao percentual, estabelecendo que "as taxas de juros reais, nelas incluídas as comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, terão limites fixados em lei, importando a cobrança acima dos mesmos em crime de usura punido em todas as suas modalidades".

A emenda do deputado João

Paulo (PT-MG) também foi acatada por Bernardo Cabral. Ela apenas retira a palavra "máxima" do artigo 7º que estabelece ser direito do trabalhador "a jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva". Nem com a retirada da palavra o texto atende às necessidades da siderurgia nacional, segundo uma nota divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia, que quer a supressão total do inciso que trata da matéria.

Entre as emendas apresentadas, Cabral acatou ainda a sugestão que elimina do texto o número de dias a que o homem terá direito no caso de licença-paternidade, a ser determinado por legislação complementar. Todas as demais sobre o assunto foram rejeitadas, assim como todas as propostas que querem eliminar do texto o direito irrestrito à greve.